



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639086 - SP (2021/0004576-9)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : GUILHERME JOSE VIEIRA CHIAVEGATO
ADVOGADO : GUILHERME JOSE VIEIRA CHIAVEGATO - SP366341
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JESSICA SAMANTA SOARES RODRIGUES (PRESO)
OUTRO NOME : JESSICA SAMANTHA SOARES RODRIGUES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JESSICA SAMANTA SOARES RODRIGUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 0001185-94.2018.8.26.0470).

A paciente foi condenada à pena de 2 anos e 11 meses em regime inicial semiaberto, pela prática do delito previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta a ocorrência de flagrante ilegalidade na fixação do regime mais gravoso de cumprimento de pena, em violação das Súmulas n. 718 e 719 do STF e 440 do STJ, e que o presente feito retrata hipótese de conversão da prisão privativa de liberdade por restritivas de direito com fundamento no art. 44 do CP.

Destaca que a paciente está presa em regime fechado, incompatível com a pena aplicada, em descompasso com a Súmula n. 56 do STF.

Afirma que é genitora de 4 crianças menores de 12 anos de idade, razão pela qual faz jus à prisão domiciliar, tal qual estabelece o art. 117, III, da LEP.

Requer, liminarmente e em definitivo, a fixação do regime aberto de cumprimento de pena, ou a prisão domiciliar, ou ainda a conversão da pena privativa de liberdade por restritiva de direito.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente